



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 557389 - RN (2020/0007598-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DANILO AARON DA SILVA CAVALCANTE
ADVOGADO : DANILO AARON DA SILVA CAVALCANTE - RN0012075
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE : HAROLDO BARBOSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. HISTÓRICO PRISIONAL DESFAVORÁVEL. FUGAS. DECISÃO FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em nome de **Haroldo Barbosa**, no qual se aponta constrangimento ilegal decorrente do julgamento do Agravo de Execução Penal n. 0805585-07.2019.8.20.0000 pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte que negou provimento ao recurso da defesa, mantendo o indeferimento do pleito de progressão de regime.

Alega-se, em suma, que o paciente preenche os requisitos de ordem objetiva e subjetiva para a progressão de regime, uma vez que possui bom comportamento carcerário e as faltas graves cometidas já foram devidamente pagas.

Requer, inclusive liminarmente, a progressão ao regime semiaberto.

O pedido de liminar foi indeferido pela Presidência desta Corte.

Prestadas as informações (fls. 614/620), o Ministério Público Federal, em parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República Nívio de Freitas Silva Filho, manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (fls. 625/630).

É o relatório.

Está sob discussão no presente *writ*, a ilegalidade do indeferimento da progressão de regime, por ausência do requisito subjetivo.

Consoante a dicção do art. 112 da Lei de Execução Penal, para que o apenado faça jus à progressão carcerária é necessário o preenchimento de requisitos objetivo e subjetivo.

Relativamente ao requisito subjetivo, nos moldes do dispositivo legal sob comento, esse é aferido por meio de atestado de bom comportamento carcerário, expedido pelo diretor do estabelecimento no qual o condenado cumpre sua sanção privativa de liberdade.

Todavia, não é vedado o indeferimento da benesse quando, a despeito de o apenado apresentar bom comportamento carcerário certificado pelo Diretor do estabelecimento prisional em que esteja cumprindo pena, entender não implementado o requisito subjetivo, desde que aponte particularidades fáticas, no curso da execução da pena, que expressem a ausência de mérito do condenado.

A propósito, os seguintes precedentes:

EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROGRESSÃO AO REGIME ABERTO NA MODALIDADE PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR INDEFERIDA. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. APENADO DE ALTÍSSIMA PERICULOSIDADE E QUE EXERCERIA PAPEL DE GRANDE INFLUÊNCIA EM FACÇÃO CRIMINOSA.

1. **Esta Corte superior pacificou o entendimento segundo o qual, ainda que haja atestado de boa conduta carcerária, a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das execuções, com base nas peculiaridades do caso concreto, e levando em consideração fatos ocorridos durante a execução penal, justificaria o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional pelo inadimplemento do requisito subjetivo.**

2. No caso, o Tribunal de origem logrou fundamentar o indeferimento da progressão de regime em razão da ausência do requisito subjetivo, considerando, diante das informações constantes de relatório elaborado pela Coordenadoria de Segurança e Inteligência do Ministério Público, ser o agravante indivíduo de periculosidade, exercendo, mesmo preso, grande influência sobre a facção criminosa denominada Amigos dos Amigos, tanto no interior quanto fora do estabelecimento prisional, não demonstrando, assim, o preenchimento de requisito subjetivo à progressão ao regime aberto na modalidade prisão albergue domiciliar.

3. Ressalte-se, ainda, que o afastamento dos fundamentos utilizados pelas instâncias ordinárias quanto ao mérito do paciente, ora agravante, demandaria o reexame de matéria fático-probatória dos autos, providência inadmissível na via estreita do *habeas corpus*.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 431.458/RJ, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 1 °/8/2018 - grifo nosso).

EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS*. SUBSTITUTIVO DE RECURSO E SPECIAL. NÃO CABIMENTO. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITO SUBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. HISTÓRICO PRISIONAL. REGISTRO DE FALTAS DISCIPLINARES DE NATUREZA GRAVE (POSSE DE FACA E DE APARELHO CELULAR). DECISÃO FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir *habeas corpus* em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o cometimento de faltas graves no curso da execução constitui fundamento idôneo para indeferir o pedido de progressão de regime, ante a ausência de preenchimento do requisito subjetivo.

III - *In casu*, a progressão de regime foi indeferida ante a ausência de preenchimento do requisito subjetivo, em razão da prática de faltas disciplinares de natureza grave (posse de faca e de aparelho celular), estando o v. acórdão fundamentado em elementos concretos, ocorridos no curso da execução da pena.

Habes corpus não conhecido.

(HC n. 435.954/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 30/5/2018 - grifo nosso)

Na hipótese, ao indeferir o pleito de progressão de regime ao paciente, asseverou o Tribunal *a quo* (fls. 592/593):

Para concessão da progressão de regime é necessário que o agravante preencha os requisitos previstos nos art. 112 da Lei de Execução Penal, *in verbis*:

"Art. 112 - A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão". (Grifos acrescidos).

In casu, embora o agravante tenha cumprido o lapso temporal exigido para progressão prisional pleiteada, não satisfaz o requisito subjetivo, uma vez que se constata por meio da guia de execução penal, fls. 426/428 e do atestado de pena fls. 514/515, as diversas fugas do agravante, quando cumpria pena no regime semiaberto.

A presença de reiteradas faltas graves no curso da execução penal obsta a concessão do benefício eis que o requisito subjetivo necessário para concessão da mencionada benesse compreende, essencialmente, comportamento satisfatório durante o cumprimento de toda a pena.

Ademais, como bem exposto pela Procuradoria de Justiça, fl. 573, "*embora o atestado de conduta carcerária indique que o HAROLDO BARBOSA possui boa conduta (Id. 3986851 - página 267), o agravante demonstrou total desídia com o cumprimento da pena, pois, conforme registrou o Magistrado em sua decisão (Id. 3986852 - página 101), o apenado registra 05 fugas durante o período que cumpria pena em regime semiaberto (Id. 3986850 - página 107; Id. 3986851 - página 2; Id. 3986851 - página 17; Id. 3986851 - página 64; e Id. 3986851 - páginas 201-202), o que indica a sua não adaptação aos regimes menos rigorosos*".

Sob essa moldura, não se divisa no acórdão hostilizado constrangimento ilegal a ser reparado por esta Corte Superior, uma vez que o benefício foi indeferido com fundamento idôneo, qual seja o cometimento de cinco fugas no período em que esteve no regime semiaberto.

Além disso, a estreita via do *habeas corpus* não se presta a contrariar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca do preenchimento ou não do requisito subjetivo, dada a necessidade de incursão na seara fático-probatória, insuscetível nesta sede.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator